



## Gênero e Sexualidade na Educação Contemporânea

*Cícero Felix Martins<sup>1</sup>*

**Resumo:** Nos últimos anos, com o crescimento dos movimentos sociais LGBT e do Feminismo, tem se tornado bastante frequente o debate sobre temas como gênero e sexualidade. Esta temática influenciou a Educação, visto que os comportamentos de discriminação começam na infância e se intensificam na adolescência. Sendo assim, este trabalho buscou fazer uma reflexão acerca das questões de gênero e sexualidade na educação atualmente. Observou-se que há políticas que embasam a prática dos profissionais da educação acerca da temática, como por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais da educação brasileira, no entanto ainda são registrados diversos desafios na aplicação desses programas. Há falta de compreensão acerca dos fenômenos culturais que sustentam as práticas de discriminação sexual e de gênero; e muitos conceitos essenciais ainda não são claramente difundidos entre os profissionais da área, fazendo com que os agentes de mudança recorram a ações reducionistas e baseadas em seus próprios princípios morais. Conclui-se que as ações que visam tais profissionais sejam trabalhadas continuamente, utilizando-se de ferramentas que visem a reflexão crítica.

**Palavras-chave:** Gênero. Sexualidade. Educação.

## Gender and Sexuality in Contemporary Education

**Abstract:** In recent years, with the growth of social movements LGBT and Feminism has become quite frequent discussions on topics such as gender and sexuality. This theme has influenced education, since the behaviors of discrimination begins in childhood and intensifies during adolescence. Thus, this study aimed to reflect on the issues of gender and sexuality in education today. It was noted that there are policies that support the practice of education professionals on the theme, such as the National Curriculum Parameters of Brazilian education, but are also recorded several challenges in implementing these programs. There is a lack of understanding of cultural phenomena that sustain the practices of sexual and gender discrimination; and many essential concepts are not clearly disseminated among the professionals, making the change agents availing reductionist actions and based on their own moral principles. It follows that the actions aimed at such professionals are worked continuously, using tools aimed at critical reflection.

**Keywords:** Educational Psychology. Children. Learning.

## Introdução

As discussões sobre gênero e sexualidade estão cada vez mais tomando espaço dentro das pesquisas sobre educação. Esse crescimento advém dos desafios encontrados por professores, pedagogos e psicólogos dentro do ambiente escolar quando se trata da diversidade sexual e de gênero.

---

<sup>1</sup> Formado em Letras pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Mestrando em Educação, Anne Sullivan. Possui também Especializa em Língua Portuguesa e Arte Educação e em Língua portuguesa e Literaturas Brasileira e Africana, pela URCA. Email: danilodan\_martins@hotmail.com.



Falar sobre este tema na prática pedagógica ainda é desafio, visto que a escola, assim como outros campos da sociedade, ainda é permeada por uma cultura sexista e heteronormativa.

Os padrões culturais de gênero e sexualidade são construídos historicamente e reproduzidos por diversas instâncias sociais como família, igreja e a escola. Essas instituições influenciam a aprendizagem e o desenvolvimento dos indivíduos, pois oferecem normas e referências sobre comportamento considerado adequado. Estas formas esperadas de expressão de gênero e sexualidade são impostas desde cedo para as crianças e, na maioria das vezes, pelos próprios professores da escola.

Em contrapartida, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil traz que a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve romper com relações dominantes de cunho étnico-racial, etário, religioso, regional, socioeconômico e de gênero e sexualidade. Isto é, a educação deve caminhar para a construção de subjetividade lúcida e crítica quebrando com a ideia de reproduzir padrões onde indivíduos são considerados mais superiores que outros (BRASIL, 2009).

Cada vez mais as crianças expressam a não adequação aos padrões de gênero esperados em relação ao sexo que nasceram, seja optando por roupas e brinquedos que são socialmente tidos para gênero oposto, ou demonstrando insatisfação com o próprio corpo anunciando desejo de mudança. No entanto, boa parte dessas crianças encontra grande resistência de aceitação e muitas vezes são punidas por tais comportamentos.

No contexto escolar, o bullying se torna presente no dia a dia das crianças que não se encaixam na heteronormatividade, e segundo Madureira e Branco (2015) os professores se encontram despreparados para lidar com esta demanda, mesmo tendo a concepção do papel pedagógico diante destas questões, isso acontece porque eles também podem ser agentes reprodutores da cultura sexista e homofóbica ou têm a preocupação de ir contra a educação familiar.

Diante deste contexto, este trabalho visa demonstrar os esclarecimentos conceituais em relação à diversidade de gênero e sexualidade; apresentar os maiores desafios encontrados na educação contemporânea em relação ao tema, assim como os avanços alcançados; finaliza-



se com a discussão sobre como a escola pode superar tais dificuldades e tornar a prática da educação mais inclusiva.

A prática educacional é influenciada pela esfera familiar. Isto é, ainda é considerada tênue a linha entre o papel da família e da escola em relação à educação sexual. Muitas propostas de inclusão as diversidades sexuais e de gênero na escola ainda se tornam polêmicas dentro deste meio. Atualmente presenciamos uma luta entre o conservadorismo encabeçado por pessoas que defende a chamada “família tradicional brasileira” e os grupos que defendem a inclusão da diversidade e o fim da educação sexista, como os grupos LGBT e o movimento feminista, por exemplo.

Atualmente, no Congresso Nacional, as discussões sobre o papel do Estado, e conseqüentemente da escola, na educação sexual das crianças causam polêmicas e debates. Entre tais polemicas estão o programa “Escola sem Partido”, que delimita as funções do professor, inclusive com a exposição dessas funções em sala de aula; e o “Escola Livre”, proposto e sustentado por políticos contrários ao programa anteriormente citado. O objetivo principal deste programa seria promover a livre manifestação do pensamento, da diversidade de ideias e concepções dentro do ambiente escolar.

É evidente que tais temas estão causando cada vez mais debates em todas as esferas do país, este trabalho vem colaborar com tais discussões, esclarecendo o cenário atual do fenômeno estudado e provocando mais inquietações sobre o assunto.

### **Diversidade Sexual e de Gênero: do que se trata?**

Primeiramente é importante esclarecer alguns termos como “sexo”, “gênero”, “orientação sexual”, “heteronormatividade”, entre outros.

É comum que a sociedade tenha uma ideia confusa acerca das definições de sexo e gênero. Alguns autores sustentam que essa falta de clareza sobre esses termos podem justificar muitos preconceitos e prejudicar as intervenções em políticas de promoção às diversidades.

Cruz (2012) traz que termo “sexo” faz referencia ao órgão genital com que se nasce, sendo possível classificá-lo em macho, fêmea e hermafrodita. Esta definição biológica é necessária para estudarmos a reprodução das espécies. Já o gênero faz referência à construção



psicológica, social e cultural sobre as características que os indivíduos acabam inserindo na sua vida de acordo com a cultura que estão.

O gênero não tem relação com o sexo biológico, ou seja, um indivíduo que nasce macho não necessariamente terá uma identidade de gênero masculina. Ainda é difícil pontuar quantos tipos de gêneros existem, pois acredita-se que alguns nem foram catalogados, já que podem variar de acordo com a cultura.

No entanto compreende-se que o gênero vai muito mais além do feminino e masculino (gêneros binários). Os gêneros não binários são inúmeros, podemos ter como exemplo, Travesti, Pangênero, Andrógine, etc. Então, chamam-se cisgênero as pessoas que correspondem as expectativas sociais de gênero (fêmea=feminino; macho=masculino) e transgênero àqueles que transgridem esta norma social, é o caso dos transexuais (nasce com determinado sexo e ter identidade de gênero para outro de acordo com o esperado) (MONEY, 1998; STOLLER, 1993).

Tais expectativas retratadas no parágrafo anterior são constructos totalmente sociais. A sociedade produz e reproduz historicamente os papéis de gênero, ou seja, o que se espera socialmente de uma criança que nasça com determinado sexo.

Uma criança que nasce com sexo de fêmea ou macho é idealizada desde antes do nascimento como alguém que terá cabelos longos, usará a cor rosa, terá determinado nome, será recatada e emotiva (no caso das mulheres) ou será forte, inteligente, saberá jogar futebol e dirigir bem (do caso dos homens). O comportamento sexual destas crianças também será, no futuro, permeado por essas relações sociais, pelas crenças e valores culturais e religiosos.

Tal diversidade de gênero é, de início, bastante complexa e ainda está distante das discussões no meio acadêmico, e na formação profissional como todo. Todos estes conceitos ainda diferem da Orientação Sexual, termo que sozinho já é bastante confundido e que ainda vem causando grandes debates.

A maioria dos autores que estudam os fatores psicossociais do desenvolvimento sexual, como coloca Cardoso (2008), entende orientação sexual como a direção do desejo afetivo-sexual dos indivíduos. A confusão aqui se faz em relação ao termo “opção sexual” que não é mais usado atualmente justamente por trazer uma ideia de escolha. Assim como os tipos de identidade de gênero, as orientações sexuais também podem ser muitas, no entanto as mais



conhecidas são: heterossexual (desejo afetivo-sexual direcionado pra o gênero oposto), homossexual (pra o mesmo gênero) e bissexual (para dois gêneros).

Atualmente todas as formas de expressão da orientação sexual são consideradas saudáveis pela Organização Mundial de Saúde, que delibera orientação sexual como manifestação do jeito de ser de cada pessoa (PEDROSA, 2006).

Apesar de muitas organizações terem esta concepção sobre a orientação sexual, esta juntamente com o gênero é reflexo da construção histórica sexista (discriminação comportamental pelo sexo ou gênero) e heteronormativa (a heterossexualidade é a única expressão “normal” e “correta” da sexualidade), ou seja, na sociedade atual ainda é vigente um modelo que considera que existem padrões comportamentais para homens e mulheres, e que as últimas devem estar submissas aos primeiros.

Esta discriminação do que é “normal” ou não começa bem cedo, como podemos verificar no trecho abaixo:

Pais, mães e todos/as que se relacionam com a criança apresentam um comportamento que reforça (ou que constrói) as características sociais esperadas para aquele “sexo/gênero”. Trata-se de todo um conjunto de aspectos diversos como atitudes, linguagem, vestimentas, brinquedos, que, uma vez expressados no comportamento dos adultos, familiares e da sociedade, de um modo geral, contribuirão para a definição de uma identidade subjetiva a ser incorporada por aquela pessoa. (FURLANI, 2005, p. 51).

Tais padrões impõe um caráter patológico a tudo que não os correspondam, estimulando a discriminação e o preconceito da sociedade, inclusive dentro da escola, algo bastante frequente no dia a dia escolar. Homofobia é o nome dado a este tipo de discriminação. Os comportamentos homofóbicos já pode afetar o indivíduo na infância e se agravando na adolescência e juventude. Tal violência afeta diretamente a motivação da criança em frequentar o ambiente escolar, prejudicando de forma violenta sua aprendizagem e saúde emocional.

É compreendendo que estes padrões são construídos historicamente que a diversidade sexual e de gênero deve está presente na educação contemporânea. O trabalho deve acontecer visando a não perpetuação desses preconceitos e estereótipos (NASCIMENTO; SILVA, 2011).



## Gênero e Sexualidade na Educação

Na contemporaneidade, as escolas vêm cada vez mais mostrando sua importância na formação social das crianças, além de contribuir veemente para os processos de recriação de si e do mundo. Depois do espaço familiar, a escola é o ambiente onde a criança se estabelece socialmente, ou seja, na escola a criança adquire muito mais que conteúdos curriculares, mas também modelos comportamentais e sociais.

A criação e reprodução dos padrões de gênero, de classe social, religião, e raça dentro da escola podem gerar vulnerabilidades e desigualdades, e é com essa concepção que se têm observado cuidadosa análise da relação da escola (e da educação de forma geral) com a reprodução dos discursos e como esta deve se posicionar em relação a tal questão.

No campo da educação existem alguns documentos que respaldam a realização de intervenções das questões de diversidade sexual e de gênero, objetivando tanto à prevenção de doenças e promoção da saúde quanto à garantia dos direitos humanos. Alguns desses documentos são:

- a) Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998);
- b) Programa Brasil Sem Homofobia (Brasil, 2004b);
- c) Caderno Gênero e Diversidade Sexual na Escola (Brasil, 2007);
- d) Programa de Saúde na Escola – PSE (Brasil, 2008).

Os parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) abordam a questão da educação sexual e é tido como um marco na legitimação do debate sobre a sexualidade na escola. Este documento sugere que a educação sexual seja trabalhada de maneira transversal, nas diversas disciplinas curriculares.

O PCN permite que o professor ocupe uma posição bastante importante dentro dessa questão. De acordo com ele, cabe ao professor mediar as descobertas da sexualidade orientando quanto as curiosidades manifestadas pelos alunos, auxiliando então no processo de desenvolvimento. Outro ponto ressaltado é a disponibilidade que deve ter o educador para acolher e orientar, de forma esclarecedora.



Para o PCN a postura do educador no trabalho de educação sexual é o de que é necessário refletir os valores democráticos e pluralistas, buscando, nas práticas, a equidade de gênero e a dignidade da pessoa humana. Trabalhar com o tema da sexualidade de modo a garantir o respeito à opinião de cada aluno, a participação de todos e a não discriminação das pessoas também é um desafio apontado à prática dos professores (GESSER ET. AL., 2012, p. 231)

Cruz e Palmeira (2009) realizaram uma pesquisa com professores de Educação Física e evidenciaram que, no campo desta matéria, os PCN's regem de forma bastante específicas às questões de gênero. Os documentos regularizam e sugerem a realização de aulas práticas mistas, sem distinção de competência entre meninos e meninas, fornecendo para todos os alunos os mesmos desafios, estimulando-os e pontuando a importância de respeitar as diferenças existentes entre eles. Esse documento ainda ocupa, no cenário atual, o papel de "norteador" das atividades desenvolvidas no âmbito escolar.

O Brasil sem Homofobia trata de um programa nacional lançado em 2004 pelo governo Federal juntamente com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). O objetivo principal foi "promover a cidadania GLBT, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais" (BRASIL, 2004, p. 11).

No campo da Educação, o Ministério da Educação (MEC) promoveu, no ano de 2006, a formação de milhares de profissionais em cidadania e diversidade sexual. Dentro do programa Brasil sem Homofobia, o MEC tem a responsabilidade de promover campanhas e ações que combatam à violência homofóbica nas escolas brasileiras. Sendo assim, visou a capacitação de professores, pedagogos e outros profissionais da educação para que estes possam lidar de forma adequada, educativa e eficaz com as questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero.

Já o Caderno Gênero e Diversidade sexual na Escola é um documento da Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) e foi lançado em 2007 visando divulgar instruções e esclarecimento sobre os temas a fim de colaborar com a orientação de profissionais para trabalhar com a temática. Este caderno situa o gênero, orientação sexual e sexualidade no campo da ética e dos direitos humanos, adotando uma leitura emancipadora. Desta forma, buscou-se fugir de discursos que vêem tais temáticas como uma ameaça a heteronormatividade e a normalidade da vida social, além de afastar o caráter natural das atitudes hostis e preconceituosas repassadas através da cultura.



Outra política que cabe a discussão no presente momento é o Programa de Saúde na Escola (PSE) criado em 2008. Este programa foi uma proposta que provocou diversos avanços no campo da educação em saúde dentro da escola e também no direcionamento de serviços para o público adolescente.

O PSE propõe ampliar o debate sobre o tema de gênero e sexualidade na educação, enfatizando a importância das ações que relacionam a promoção da saúde sexual e reprodutiva com a discussão sobre gênero e orientação sexual. O esperado é que se gere soluções para dificuldades operacionais, como a instituição de estratégias de capacitação de professores e a elaboração de materiais educativos.

Tais programas e ações promovem a mudança no direcionamento da educação frente às questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar. No entanto, algumas dificuldades vêm sendo identificadas na prática das ações.

### **Maiores desafios à implementação de discussões sobre a diversidade na escola**

As discussões teóricas em relação à Gênero e Sexualidade no ambiente da educação alcançaram níveis elevados e complexos, no entanto observa-se a existência de alguns entraves no nível prático destas políticas. No meio escolar há uma dificuldade de reflexão por parte dos profissionais, em especial os professores, inclusive o conceito de gênero e orientação sexual ainda estão distante da realidade destes educadores. Ou seja, nas escolas ainda não se tem a concepção que o feminino e o masculino, assim como a normalidade ou não dos comportamentos sexuais e afetivos são construções culturais.

Primeiramente é importante ressaltar que os profissionais que trabalham no ambiente escolar não estão inertes ao restante da sociedade. Logo assim, são influenciados e se tornam agentes de reprodução das construções históricas e culturais sobre os padrões de gênero e sexualidade, ou seja, do que é considerado aceitável socialmente.

Madureira e Branco (2015) identificaram em seu estudo com professores alguns entraves que influenciam estes profissionais a desenvolverem com efetividade tais políticas de diversidade. O primeiro deles é a existência de uma visão simplista em relação às questões de gênero, implicando veemente tanto na naturalização do gênero como apenas “masculino” e





“feminino”, como na superioridade do primeiro sobre o segundo. Esta superioridade causa diversas relações de desigualdade dentro da escola (a aceitação de alguns comportamentos para meninos, mas não para menina, por exemplo), sendo muitas vezes ancorados na Biologia.

Segundo os mesmos autores, diante de algumas situações de discriminação por gênero ou orientação sexual alguns professores ainda não conseguem observar e problematizar para os alunos tais posturas, porque eles próprios não têm essa compreensão.

Em relação às diferenças entre masculinidade e feminilidade, ainda se observa a visão que mulheres para serem valorizadas devem conservar o corpo e adotarem posturas “recatadas” o que difere para os alunos do sexo masculino. Essa concepção por parte dos atores que devem promover as políticas de promoção à igualdade de gêneros é bastante crítica, pois influencia diretamente a efetividade das ações. Alunas e alunos devem ser educados sexualmente para terem a mesma liberdade, cuidados e autonomia em relação à sua sexualidade e qualquer discriminação sobre o tema em decorrência do gênero sustentam comportamentos desiguais e ideias machistas.

Atualmente, são comuns no cotidiano escolar situações onde alunos são alvos de gozação e piada pelo fato de ter comportamentos que a sociedade não tange como esperados e adequados. Esses comportamentos podem estar ligados à sua sexualidade ou ao seu jeito de se vestir e se inserir nos grupos sociais.

Diante de tais situações de discriminação e preconceito é imprescindível que os profissionais da educação estejam preparados para trabalhar tais problemas na escola, especialmente os professores, pois devem mediar essas situações quando eclodirem em sala de aula, além de direcionar as reflexões da turma para minimizar este problema e desmistificar os padrões culturais. No entanto, alguns estudos identificaram que a mediação de tais conflitos não é baseada nos programas do governo que as orientam.

Existe uma linha muito tênue entre os preconceitos e os valores pessoais (moral e religioso), então quando os indivíduos estabelecem uma relação rígida com tais valores tendem a agir de forma homofóbica e preconceituosa. É um comportamento que foi inserido com mediação da cultura e reforçado pela própria (MADUREIRA, 2012; MADUREIRA & BRANCO, 2012A, 2012B). Há, portanto, entre os profissionais, um conflito entre valores distintos: (a) respeito às diferenças individuais contra (b) respeito às próprias crenças religiosas.



Nesse momento, é imprescindível trazer a definição de preconceito. O preconceito pode ser considerado como fronteiras simbólicas rígidas, formadas historicamente, mantendo intenso enraizamento afetivo, constituindo em fronteiras culturais entre grupos e indivíduos. Os preconceitos são formados de acordo com os conteúdos que cercam os indivíduos, como as normas e regras morais e religiosas.

O enraizamento afetivo pode se apresentar nas situações cotidianas da sala de aula da seguinte forma: a presença de um aluno (a) que é reconhecido como não heterossexual e não cisgênero tende a provocar sentimentos desconfortáveis nos alunos e professores. Este desconforto faz com que as ações que coloquem o aluno como transgressor da normalidade aconteçam sempre revestidas de comportamento hostil e discriminatório que ganham várias formas como gozações, apelidos, agressão verbal e física.

Assim tanto os preceitos morais quanto os valores religiosos dos profissionais que trabalham diretamente com as ações de promoção devem ser trabalhados. Este trabalho não deve visar a destituição destes valores, mas sim a reflexão sobre eles, entendendo que a aplicação destas ações sejam permeadas pelos direitos humanos e não por tais valores pessoais.

Falar de sexualidade na escola continua sendo um desafio (embora já tenhamos caminhado para grandes avanços e as políticas citadas anteriormente confirmam isto). Quando não sustentam os padrões reproduzidos em sociedade, há um desvio do assunto, muitas vezes por desconforto e medo. Isso se dá porque a escola lida com a expectativa social (especialmente da família dos alunos) de ser assexuada primeiramente e depois tentar manter e incentivar a heteronormatividade.

É diante disso que vários profissionais que atuam na escola, dentre eles os professores que estão em contato cotidiano com os alunos, concebem trabalhar as relações de gênero e sexualidade como algo perigoso e escorregadio, mantendo o silêncio como abordagem segura.

Neste contexto, quando a escola se propõe colocar em prática o debate sobre sexualidade, se limitam a trabalhar a orientação sobre a saúde sexual, DST's e Gravidez precoce, isto é, implicitamente a escola enfatiza o “quanto a sexualidade pode afetar negativamente as vidas dos alunos”. Dentro desta perspectiva, não se trabalha as dimensões da afetividade, do prazer, nem tampouco a diversidade dessas relações.



Os desafios encontrados ao longo do processo de combate à discriminação e ao preconceito sexual e de gênero nas escolas não diminuem a conquista do Brasil de ter hoje programas agindo nesta proposta à nível nacional e em diversas áreas. No entanto esses entraves devem mobilizar reciclagens destes programas e das capacitações, dando atenção maior à prática dessas políticas.

### **O Caminho para uma Política de diversidade sexual e de gênero, efetiva na Escola**

Como observado, os profissionais que estão encarregados de aplicar ações de promoção à diversidade ainda não têm compreensão clara do fenômeno, apesar das cartilhas e diretrizes englobadas no projeto pedagógico.

Madureira e Branco (2015), aponta que para melhor entendimento do tema por parte dos professores acontecem quando usa-se exemplos práticos e do dia a dia da sala de aula em capacitações. Os professores ainda têm dificuldade em refletir no campo abstrato sobre o tema. Então é primordial que os aspectos teóricos e conceituais sobre diversidade sexual e de gênero sejam inseridos nas capacitações após a introdução de exemplos práticos que façam parte do universo laboral dos profissionais da educação.

Os mesmo autores refletem sobre a importância de englobar outras esferas dentro deste processo, fazendo com que as ações extrapolem os muros das escolas. Ou seja, para promover mudanças é necessário trabalhar abordando: (a) capacitação profissional; (b) estabelecimento de parcerias entre a escola e outras instituições; (c) envolvimento da família e da comunidade.

Observa-se que o tema em questão ainda permanece um pouco distante da matriz curricular nos cursos de Licenciatura, sendo assim, destaca-se que essas questões já devem ser colocadas desde cedo dentro da grade curricular de formação do professor nas diversas áreas que possam atuar. Só com a sensibilização destes profissionais, com a promoção de discussões críticas é possível obter alguma mudança na formação de uma educação mais inclusiva, menos preconceituosa e mais voltada para combater as desigualdades sociais.

Pra Vainfas (2010) outra importante ação que contribui para a obtenção de maiores resultados com tais políticas é a realização de discussões acerca das raízes histórico-culturais



dos preconceitos. Exemplificando, quando se pretende focalizar os problemas relacionados ao machismo ou racismo deve-se revisitar e analisar as raízes histórico-culturais desses comportamentos preconceituosos, inclusive abordado o período do Brasil colonial. Só assim é possível fazer eclodir uma consciência crítica e afastar a alienação da proposta de trabalho dos profissionais da educação.

Por fim, é fundamental na formação de ações que promovam o respeito à diversidade sexual e de gênero dentro da educação, a construção do equilíbrio entre o respeito às religiões e princípios morais dos sujeitos (imprescindível na democracia), e o respeito aos Direitos Humanos e ao caráter laico do Brasil.

### **Considerações Finais**

Com as significativas mudanças que ocorreram no campo da educação em relação à inclusão da diversidade sexual e de gênero e a identificação de problemas ainda vigentes deste meio, este trabalho propôs uma discussão abordando os aspectos de mudanças e os problemas práticos na implementação de tais políticas. Este trabalho se tratou, então de uma revisão de literatura utilizando-se de revistas eletrônicas e livros para compor a base de dados.

Considera-se que os objetivos estipulados para esta pesquisa foram alcançados ao ponto em que pode-se trazer a colocação das definições presentes no debate sobre gênero e sexualidade na educação; as explanações sobre as propostas do governo para implantar as políticas de inclusão das diversidades na escola também foram elaboradas, assim como a exposição dos desafios encontrados e as propostas para uma releitura de tais programas.

O resgate dos programas que visam permear as práticas dos profissionais da educação englobou programas elaborados há mais de dez anos, como o Brasil sem Homofobia, permitindo também uma avaliação sobre o mesmo.

O presente trabalho pode concluir que ainda há muitos desafios no caminho para se alcançar uma educação inclusiva, diversa e que preze pelo respeito às opiniões e valores morais e religiosos. Isso ocorre, pois a sociedade como um todo ainda caminha da mesma forma neste processo. As construções culturais e os comportamentos aprendidos historicamente demoraram



anos para se estabelecerem da maneira como estão atualmente, e é por isso que a mudança sobre eles também ocorrem de maneira lenta.

Porém, as mudanças sociais são possíveis e durante a história da humanidade estas aconteceram impulsionadas pela ação dos grupos, instituições e por esferas do governo. É de extrema importância que o estado assuma sua responsabilidade de garantir um país justo e de respeito as diferenças, assim como prever a Constituição Federal de 1988. É essencial também que a academia científica, especialmente as ciências sociais continuem direcionando suas pesquisas para encontrar inovadoras formas de promover os processos reflexivos sobre o tema na educação.

Só assim, com a contribuição das organizações, pessoas, profissionais e do Estado, as políticas de discussão e ação sobre sexualidade e gênero na escola poderão garantir igualdade, respeito e inclusão social.

## Referências

BRASIL. **Ministério da Educação**. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.

BRASIL, Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Introdução**. Brasília, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação. Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. **Cadernos SECAD**, Brasília, DF, 2007.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Programa Saúde na Escola**. Brasília, 2007.

CARDOSO, Fernando Luiz. **O conceito de orientação sexual na encruzilhada entre sexo, gênero e motricidade**. Interam. j. psychol. [online]. 2008, vol.42, n.1, pp. 69-79. ISSN 0034-9690.

CRUZ, M. H. S. Refletindo sobre a diversidade de gênero no campo da educação. **Saberes em pespec**. Jequié, vol. 2, 2012.

CRUZ, M. M. S.; PALMEIRA, F. C. C. **Construção de identidade de gênero na Educação Física Escolar**. Motriz, Rio Claro, v.15. 2009.



FURLANI, J. (2005) **O bicho vai pegar!** - um olhar pós-estruturalista à educação sexual a partir de livros paradidáticos infantis. Tese do doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.

GESSER, M.; CORD, D.; OLTRAMARI, L. C.; NUERNBERG, A. H. Psicologia Escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 16, 2012.

NASCIMENTO, M. J.; SILVA, Y. F. O. **Gênero e Sexualidade: uma ação educativa no centro de educação profissional**. IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011.

MADUREIRA, A. F. A. (2012). Belonging to gender: Social identities, symbolic boundaries and images. In J. Valsiner (Ed.), **The Oxford handbook of culture and psychology**. New York: Oxford University Press.

MADUREIRA, A. F. A., & BRANCO, A. U. (2012a). Diversity and inclusion as central values in the construction of a democratic world. In A. U. Branco & J. Valsiner (Eds.), **Cultural psychology of human values**. Charlotte, NC: Information Age.

MADUREIRA, A. F. A., & BRANCO, A. M. C. U. A. (2012b). As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. In A. U. Branco & M. C. S. L. Oliveira (Eds.), **Diversidade e cultura da paz na escola: Contribuições da perspectiva sociocultural**. Porto Alegre, RS: Mediação.

MADUREIRA, A. F. A.; BRANCO, A. U. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva dos professores (as). **Temas em Psicologia**, vol. 23, 2015.

MONEY, J. (1998). **Sin, science, and the sex police: Essays on sexology & sexosophy**. New York: Prometheus Books.

PEDROSA, J. B. **Segundo desejo**. São Paulo: Iglu, 2006.

STOLLER, R. (1993). **Presentations of gender**. London: Yale University Press.

VAINFAS, R. (2010). **Trópico dos pecados: Moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.



#### Como citar este artigo (Formato ABNT):

MARTINS, C.F. Gênero e Sexualidade na Educação Contemporânea. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, Janeiro de 2017, vol.10, n.33, Supl 2. p. 257-270. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 17/01/2017

Aceito: 19/01/2017